



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 250,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, <a href="http://www.impresanacional.gov.ao">www.impresanacional.gov.ao</a> - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	Ano		
	As três séries	Kz: 734 159.40	
	A 1.ª série	Kz: 433 524.00	
	A 2.ª série	Kz: 226 980.00	
	A 3.ª série	Kz: 180 133.20	

### SUMÁRIO

#### Ministério do Interior

**Decreto Executivo n.º 169/19:**

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Controlo Penal do Serviço Penitenciário.

**Decreto Executivo n.º 170/19:**

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Assistência e Reabilitação Penitenciária do Serviço Penitenciário.

**Decreto Executivo n.º 171/19:**

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Segurança Penitenciária do Serviço Penitenciário.

**Decreto Executivo n.º 172/19:**

Aprova o Regulamento Orgânico dos Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário.

**Decreto Executivo n.º 173/19:**

Aprova o Regulamento Orgânico da Direcção de Produção e Actividades Económicas do Serviço Penitenciário.

**Decreto Executivo n.º 174/19:**

Aprova o Regulamento Orgânico do Gabinete Jurídico do Serviço Penitenciário.

#### Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos

**Rectificação n.º 22/19:**Rectifica o Decreto Executivo n.º 27/18 e o Decreto Executivo n.º 30/18, publicados no *Diário da República* n.º 40, I Série, de 23 de Março.

### MINISTÉRIO DO INTERIOR

**Decreto Executivo n.º 169/19**  
de 10 de Julho

O Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovada pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, regula os órgãos que integram, prevendo a necessidade de existirem Regulamentos dos Serviços de Apoio Técnico e Serviços Executivos Centrais aprovados pelo Ministro do Interior.

Convindo ajustar o Regulamento da Direcção de Controlo Penal do Serviço Penitenciário ao conteúdo do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 40.º do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, determino:

**ARTIGO 1.º**  
(Aprovação)

É aprovado o Regulamento Orgânico da Direcção de Controlo Penal do Serviço Penitenciário, anexo ao presente Decreto Executivo, que dele é parte integrante.

**ARTIGO 2.º**  
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

**ARTIGO 3.º**  
(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Julho de 2019.

O Ministro, *Ángelo de Barros Veiga Tavares*.**REGULAMENTO ORGÂNICO**  
**DA DIRECÇÃO DE CONTROLO**  
**PENAL DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO****CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais****ARTIGO 1.º**  
(Objecto)

O presente Diploma estabelece o modo de organização e funcionamento da Direcção de Controlo Penal.

**Decreto Executivo n.º 171/19**  
de 10 de Julho

O Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, regula os órgãos que o integram, prevendo a necessidade de existirem Regulamentos dos Serviços de Apoio Técnico e Serviços Executivos Centrais, aprovados pelo Ministro do Interior.

Convindo ajustar o Regulamento da Direcção de Segurança Penitenciária do Serviço Penitenciário ao conteúdo do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 40.º do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, determino:

**ARTIGO 1.º**  
**(Aprovação)**

É aprovado o Regulamento Orgânico da Direcção de Segurança Penitenciária do Serviço Penitenciário, anexo ao presente Decreto Executivo, que dele é parte integrante.

**ARTIGO 2.º**  
**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

**ARTIGO 3.º**  
**(Entrada em vigor)**

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Julho de 2019.

O Ministro, *Ángelo de Bairos Veiga Tavares*.

**REGULAMENTO ORGÂNICO DA DIRECÇÃO  
DE SEGURANÇA PENITENCIÁRIA**

**CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais**

**ARTIGO 1.º**  
**(Objecto)**

O presente Diploma estabelece o modo de organização e funcionamento da Direcção de Segurança Penitenciária.

**ARTIGO 2.º**  
**(Definição)**

A Direcção de Segurança Penitenciária, abreviadamente designada por (DSP), é o órgão executivo, ao qual incumbe assegurar a ordem e a segurança nas instituições penitenciárias, garantir o cumprimento das penas, medidas de segurança e privativas de liberdade, aplicadas pelos órgãos competentes aos cidadãos.

**ARTIGO 3.º**  
**(Atribuições)**

A DSP tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar, controlar e fiscalizar o cumprimento das normas e procedimentos de segurança em todas as instituições penitenciárias e garantir a ordem para que todos os reclusos respeitem os perímetros estabelecidos como zonas de reclusão;
- b) Orientar, controlar e fiscalizar os mecanismos de segurança dos Estabelecimentos Penitenciários e promover a prevenção e saneamento de greves, fugas, motins e agressões que se possam produzir e garantir a segurança das instalações penitenciárias;
- c) Garantir o controlo da segurança, integridade física do recluso, forças e bens patrimoniais do órgão;
- d) Estabelecer os mecanismos de cooperação operativa com outros órgãos de defesa, segurança e ordem interna, de forma a garantir a sua participação em caso de necessidade;
- e) Emitir parecer técnico para aquisição, instalação, funcionamento e cumprimento das normas na utilização dos meios de comunicação;
- f) Controlar e fazer observar as normas de segurança na condução e transferência de reclusos;
- g) Garantir a prevenção, a investigação e o tratamento processual de actos de reclusos e outros indivíduos que atentem contra as normas de segurança nas instituições penitenciárias;
- h) Garantir o controlo da interdição, sob qualquer meio ou forma, da introdução de máquinas ou equipamentos de captação de som ou imagem e outros objectos proibidos nas instituições penitenciárias;
- i) Assegurar a definição de mecanismos e modalidades operativas da execução das medidas de segurança e privativas de liberdade;
- j) Assegurar a manutenção da ordem e tranquilidade penitenciária;
- k) Garantir a realização de revistas e contagens programadas e supressivas acompanhamento e fiscalização da entrada de alimentação, bem como de outros artigos provenientes do exterior do estabelecimento penitenciário;
- l) Garantir a segurança dos reclusos destacados nas brigadas de trabalho;
- m) Manter as comunicações ininterruptas e disciplinadas ao nível dos órgãos de sistema penitenciário;
- n) Emitir parecer sobre matéria de sua especialidade sempre que necessário superiormente solicitado;
- o) Desempenhar as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei ou determinadas superiormente.

## CAPÍTULO II Organização em Geral

### ARTIGO 4.º (Estrutura Orgânica)

A DSP tem a seguinte estrutura:

1. Órgão de Direcção:  
Director.
2. Órgão de Apoio Consultivo:  
Conselho Consultivo.
3. Serviço de Apoio Instrumental:  
Secretariado.
4. Serviços Executivos Directos:
  - a) Departamento de Protecção e Asseguramento;
  - b) Departamento de Segurança Telemática;
  - c) Departamento de Operações;
  - d) Departamento de Ordem Interna.
5. Serviço Local:  
Departamento de Segurança Penitenciária da  
Direcção Provincial.

## CAPÍTULO III Organização em Especial

### SECÇÃO I Órgão de Direcção

#### ARTIGO 5.º (Director)

A DSP é dirigida por um Director a quem compete:

- a) Organizar, dirigir e controlar toda a actividade da Direcção;
- b) Controlar a correcta aplicação das leis, normas e procedimentos estabelecidos para o órgão;
- c) Representar a DSP;
- d) Garantir a utilização racional dos recursos humanos e materiais postos a sua disposição;
- e) Propor ao Director Geral a nomeação, exoneração, promoção e despromoção, bem como a mobilidade do efectivo afecto a DSP;
- f) Zelar pelo respeito, disciplina e exercer o poder disciplinar que lhe é conferido nos termos da lei, em relação ao efectivo sob seu controlo;
- g) Emitir pareceres e elaborar propostas sobre a sua especialidade;
- h) Desempenhar as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei ou determinadas superiormente.

### SECÇÃO II Órgão de Apoio Consultivo

#### ARTIGO 6.º (Conselho Consultivo)

1. O Conselho Consultivo é o órgão ao qual incumbe analisar e formular pareceres sobre questões relacionadas com as atribuições e competências da DSP, apresentar propostas para o melhoramento e desenvolvimento dos serviços,

nomeadamente, no que respeita a sua organização, gestão, orientação, coordenação e controlo, bem como pronunciar-se sobre quaisquer outras questões que o Director submeta a sua consideração.

2. O Conselho Consultivo subdivide-se em Normal e Alargado.

3. O Conselho Consultivo é objecto de regulamentação própria.

### SECÇÃO III Serviços de Apoio Técnico Instrumental

#### ARTIGO 7.º (Secretariado)

1. O Secretariado é o órgão que tem por finalidade prestar apoio pessoal, técnico e administrativo ao Director da DSP.

2. O Secretariado é dirigido por um Chefe de Secção e integra especialistas de apoio técnico e instrumental.

3. O Secretariado é objecto de regulamentação própria.

### SECÇÃO IV Serviços Executivos Directos

#### ARTIGO 8.º (Departamento de Protecção e Asseguramento)

1. O Departamento de Protecção e Asseguramento tem as seguintes atribuições:

- a) Elaborar e controlar o cumprimento das normas e procedimentos de segurança em todas as instituições penitenciárias;
- b) Garantir a ordem para que todos os reclusos respeitem os perímetros estabelecidos como zonas de reclusão;
- c) Garantir a elaboração e fiscalização da programação das actividades diárias do recluso;
- d) Orientar, controlar e fiscalizar os mecanismos de segurança dos estabelecimentos penitenciários;
- e) Promover a prevenção e saneamento de greves, fugas, motins e agressões;
- f) Garantir a segurança das instalações penitenciárias;
- g) Controlar e fazer observar as normas de segurança na condução e transferência de reclusos;
- h) Garantir a segurança dos reclusos destacados nas brigadas de trabalho;
- i) Garantir o controlo da segurança, integridade física do recluso, forças e bens patrimoniais do órgão;
- j) Estabelecer os mecanismos de cooperação operativa com outros órgãos de defesa, segurança e ordem interna;
- k) Elaborar e controlar as normas de manutenção e conservação do armamento;
- l) Promover os programas de preparação combativa das forças nos estabelecimentos penitenciários;

- m)* Emitir parecer sobre matéria de sua especialidade sempre que necessário e superiormente solicitado;
- n)* Desempenhar outras tarefas que lhe forem alocadas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Departamento de Protecção e Asseguramento é chefiado por um chefe e tem a seguinte estrutura:

- a)* Secção de Asseguramento;
- b)* Secção de Armamento e Meios Não-Letais;
- c)* Secção de Conduções e Transferências.

3. O Departamento de Protecção e Asseguramento é objecto de regulamentação própria.

#### ARTIGO 9.º

##### (Departamento de Segurança Telemática)

1. O Departamento de Segurança Telemática tem as seguintes atribuições:

- a)* Desenvolver estudos sobre a aplicação da electrónica, informática e automação à Segurança Penitenciária;
- b)* Elaborar, controlar e fiscalizar o cumprimento das normas e procedimentos de segurança telemática em todas as instituições penitenciárias, meios e pessoas sob medida de coação;
- c)* Garantir a detecção, controlo e fiscalização da introdução de meios, equipamentos de captação de som ou imagem e outros objectos proibidos nas instituições penitenciárias;
- d)* Controlar e fiscalizar a instalação e utilização dos meios de segurança electrónica;
- e)* Elaborar estudos sobre a utilização de pulseiras electrónicas, dispositivos de detenção de presença e invasão por tecnologia avançada nos estabelecimentos penitenciários;
- f)* Conceber e fiscalizar os procedimentos de inspecções realizadas às pessoas que acedem aos estabelecimentos penitenciários, por via dos dispositivos electrónicos à entrada destes;
- g)* Efectuar análise e tratamento das informações captadas pelos dispositivos de segurança telemática instalados nos estabelecimentos penitenciários;
- h)* Seleccionar os meios de segurança telemática a utilizar nos estabelecimentos penitenciários de acordo a necessidade;
- i)* Proceder o registo e controlo dos meios de segurança telemática instalados nos estabelecimentos penitenciários;
- j)* Emitir parecer sobre matéria de sua especialidade sempre que necessário e superiormente solicitado;
- k)* Desempenhar outras tarefas que lhe forem alocadas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Departamento de Segurança Telemática é chefiado por um chefe e tem a seguinte estrutura:

- a)* Secção de Segurança Electrónica;
- b)* Secção de Monitorização, Vigilância e Controlo;
- c)* Secção de Equipamentos.

3. O Departamento de Segurança Telemática é objecto de regulamentação própria.

#### ARTIGO 10.º

##### (Departamento de Operações)

1. O Departamento de Operações tem as seguintes atribuições:

- a)* Assegurar a definição de mecanismos e modalidades operativas da execução das medidas de segurança e privativas de liberdade;
- b)* Supervisionar a elaboração dos planos operativos, de defesa e protecção dos estabelecimentos penitenciários;
- c)* Promover e fiscalizar o cumprimento da execução real ou simulada das medidas previstas nos planos operativos, relativas as alterações da ordem do estabelecimento penitenciário;
- d)* Manter as comunicações ininterruptas e disciplinadas ao nível dos órgãos do Sistema Penitenciário;
- e)* Elaborar e controlar as normas de manutenção, instalação, programação, conservação e utilização do sistema de transmissões militares;
- f)* Gerir o accionamento dos meios operacionais para a resolução de ocorrências que influenciam a alteração da ordem nos estabelecimentos penitenciários;
- g)* Manter o funcionamento ininterrupto e disciplinado das salas operativas dos órgãos provinciais;
- h)* Proceder a recepção, tratamento, análise operativa e encaminhamento de informações sobre o estado da situação operativa dos estabelecimentos penitenciários;
- i)* Garantir a escuta, leitura e análise das notícias de interesse para a segurança penitenciária veiculadas pelos meios de comunicação e redes sociais;
- j)* Garantir a canalização de informações dos órgãos aos seus destinatários com recurso aos meios tecnológicos à sua disposição;
- k)* Proceder ao lançamento e controlo dos dados operacionais em mapas e quadros da sala de situação;
- l)* Garantir e fiscalizar o acompanhamento de toda a actividade operacional dos estabelecimentos penitenciários;

- m)* Manter permanentemente informado em tempo real à Direcção do órgão de segurança sobre os resultados das acções operacionais levadas a cabo pelos órgãos provinciais;
- n)* Pesquisar dados de interesse operacional do Serviço Penitenciário junto de outras forças e serviços de segurança e defesa;
- o)* Actualizar os dados estatísticos do dispositivo operacional empregue durante as 24 horas de serviço ordinário e eventual;
- p)* Estabelecer os mecanismos de cooperação operativa com outros órgãos de defesa, segurança e ordem interna, de forma a garantir a sua participação em caso de necessidade;
- q)* Emitir parecer sobre matéria de sua especialidade sempre que necessário e superiormente solicitado;
- r)* Desempenhar outras tarefas que lhe forem alocadas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Departamento de Operações é chefiado por um Chefe e tem a seguinte estrutura:

- a)* Secção de Operações, Estudos e Planeamento Técnico-Operacional;
- b)* Secção de Transmissões e Radiocomunicação Digital;
- c)* Sala de Situação e Análise Operativa.

3. O Departamento de Operações é objecto de regulamentação própria.

#### ARTIGO 11.º

##### (Departamento de Ordem Interna)

1. O Departamento de Ordem Interna tem as seguintes atribuições:

- a)* Garantir a aplicação das normas de execução permanente, da actividade de ordem interna e demais disposições conexas;
- b)* Assegurar a manutenção da ordem e a tranquilidade penitenciária;
- c)* Garantir a prevenção, a investigação e o tratamento processual de actos de reclusos e outros indivíduos que atentem contra as normas de segurança nas instituições penitenciárias;
- d)* Velar pela realização de revistas programadas e supressivas, bem como, acompanhamento e fiscalização da entrada de alimentação e de outros artigos provenientes do exterior do estabelecimento penitenciário;
- e)* Garantir a realização de contagens ordinárias, extraordinárias e supressivas;

- f)* Garantir, organizar e fiscalizar o serviço de Ordem Interna nos estabelecimentos penitenciários;
- g)* Velar pela organização, controlo e funcionamento das celas de habitação, das celas disciplinares e das celas de segurança, bem como outras áreas de reclusão do interior penal;
- h)* Garantir a elaboração e fiscalização da programação das actividades diárias do recluso;
- i)* Fiscalizar o cumprimento do regulamento interno dos estabelecimentos penitenciários;
- j)* Garantir a observância dos procedimentos de segurança e vigilância durante o período de visitas aos reclusos, pelos seus familiares;
- k)* Emitir parecer sobre matéria de sua especialidade sempre que necessário e superiormente solicitado;
- l)* Desempenhar outras tarefas que lhe forem alocadas por lei ou determinadas superiormente.

2. O Departamento de Ordem Interna é chefiado por um chefe e tem a seguinte estrutura:

- a)* Secção de Registo das Ocorrências;
- b)* Secção de Arquivos e Arrecadação;
- c)* Secção de Contagens e Revistas.

3. O Departamento de Ordem Interna é objecto de regulamentação própria.

#### SECÇÃO V Serviço Local

#### ARTIGO 12.º

##### (Departamento de Segurança Penitenciária)

Na Direcção Provincial do Serviço Penitenciário, funciona o Departamento de Segurança Penitenciária, ao qual compete aplicar, coordenar, acompanhar e controlar a execução das orientações estruturais, técnicas e metodológicas emanadas pela DSP.

#### CAPÍTULO IV Regime de Pessoal

#### ARTIGO 13.º (Disciplina)

1. O efectivo do regime especial de carreiras em comissão de serviço na DSP está sujeito à legislação aplicável.
2. O pessoal do regime geral de carreira está sujeito à disciplina e a legislação em vigor na função pública.

#### ARTIGO 14.º (Quadro de Pessoal)

1. O quadro de pessoal e organigrama da DSP são os constantes dos Anexos I e II ao presente Regulamento, dele fazendo parte integrante.
2. O provimento do pessoal nas vagas existentes obedece aos critérios previstos em legislação específica.

**ANEXO I**  
**Quadro de pessoal a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º**

Grupo de Pessoal	Carreira	Cargo/Posto	Lugares
Direcção		Director Nacional	1
Chefia		Chefe de Departamento	4
		Chefe de Secção	13
	Subtotal		17
Posto de Carreira			
Grupo de Pessoal		Cargos ou Postos	Lugares
Oficial Comissário		Comissário Prisional	1
Oficial Superior		Superintendente Prisional Chefe	4
		Intendente Prisional	13
Oficial Subalterno		Inspector Prisional Chefe	15
		Inspector Prisional	16
		Subinspector Prisional	10
Subchefe		1.º Subchefe Prisional	11
		2.º Subchefe Prisional	12
		3.º Subchefe Prisional	10
Total			91

**ANEXO II**  
**Organigrama a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º**



O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

**Decreto Executivo n.º 172/19**  
**de 10 de Julho**

O Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, regula os órgãos que o integram, prevendo a necessidade de existirem Regulamentos dos Serviços de Apoio Técnico e Serviços Executivos Centrais, aprovados pelo Ministro do Interior.

Convindo ajustar o Regulamento dos Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário ao conteúdo do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 40.º do Regulamento Orgânico da Direcção Geral do Serviço Penitenciário, aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 184/17, de 11 de Agosto, determino:

**ARTIGO 1.º**  
**(Aprovação)**

É aprovado o Regulamento Orgânico dos Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário, anexo ao presente Decreto Executivo, que dele é parte integrante.

**ARTIGO 2.º**  
**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro do Interior.

**ARTIGO 3.º**  
**(Entrada em vigor)**

O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, a 1 de Julho de 2019.

O Ministro, *Ângelo de Barros Veiga Tavares*.

**REGULAMENTO ORGÂNICO DOS GABINETES**  
**DOS DIRECTORES GERAIS-ADJUNTOS**  
**DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO**

**CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais**

**ARTIGO 1.º**  
**(Objecto)**

O presente Diploma estabelece o modo de organização e funcionamento dos Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário.

**ARTIGO 2.º**  
**(Definição)**

Os Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos são órgãos que têm por finalidade prestar apoio pessoal, técnico e administrativo aos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário.

**ARTIGO 3.º**  
**(Atribuições)**

Os Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário têm as seguintes atribuições:

- a) Supervisionar a utilização e a manutenção do equipamento afecto aos Gabinetes e providenciar para que o mesmo se mantenha em devida ordem;
- b) Prestar assessoria em outras tarefas de natureza técnica e de confiança que lhe forem determinadas;
- c) Exercer todo o apoio administrativo e de controlo das decisões dos Gabinetes exigindo a sua execução;
- d) Desempenhar outras tarefas que lhe forem alocadas por lei ou determinadas superiormente.

**CAPÍTULO II**  
**Organização em Geral**

**ARTIGO 4.º**  
**(Estrutura orgânica)**

Os Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário têm a seguinte estrutura:

1. Órgão de Direcção:  
Chefes de Gabinetes.
2. Serviço de Apoio Instrumental:  
Secretariado.
3. Serviços Executivos:  
Secção de Expediente e Arquivo;  
Secção de Apoio Técnico.

**CAPÍTULO III**  
**Organização em Especial**

**SECÇÃO I**  
**Órgão de Direcção**

**ARTIGO 5.º**  
**(Chefes de Gabinete)**

Os Gabinetes dos Directores Gerais-Adjuntos do Serviço Penitenciário são dirigidos por Chefes de Departamentos a quem compete:

- a) Organizar, dirigir e controlar toda a actividade do Gabinete;
- b) Representar o Gabinete do Director Geral-Adjunto;
- c) Orientar o acompanhamento dos actos administrativos e normativos do Director Geral-Adjunto Operativo do Serviço Penitenciário;
- d) Garantir a execução e avaliação das orientações baixadas escritas e verbalmente pelo Director Geral-Adjunto do Serviço Penitenciário;
- e) Acompanhar as actividades desenvolvidas pelo Director Geral-Adjunto;
- f) Examinar e preparar os expedientes encaminhados ao Director Geral-Adjunto Administrativo;
- g) Apoiar o Director Geral-Adjunto na realização genérica das suas atribuições;